



## MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR

### CÂMARA MUNICIPAL

Para os devidos efeitos, torna-se público que a Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 28 de setembro de 2012, sob proposta da Câmara Municipal de 22 de agosto de 2012, aprovou o ***Regulamento para Instalação da Atividade Apícola no concelho de Vila Pouca de Aguiar***.

#### **Regulamento para Instalação da Atividade Apícola no concelho de Vila Pouca de Aguiar**

O Presente regulamento é elaborado ao abrigo das competências atribuídas pelo art.º 241 da Constituição da República Portuguesa, pela alínea a) do n.º 2 do art.º 53 e alínea a) do n.º 6 do art.º 64, ambos da Lei 169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro e pretende estabelecer um conjunto de normas relativamente à organização da atividade apícola no concelho de Vila Pouca de Aguiar.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 203/2005, de 25 de novembro, estabelece o regime jurídico da atividade apícola e as normas sanitárias para defesa contra as doenças das abelhas da espécie *Apis mellifera* (quadro constante do anexo II do diploma).

Nos últimos anos assistimos, em particular neste concelho, a uma nova realidade no que diz respeito à profissionalização desta atividade em resposta às exigências do consumidor.

Por isso, atendendo à crescente implementação da atividade no concelho de Vila Pouca de Aguiar, sendo este um concelho com características propícias à produção de mel, entende a Câmara Municipal que faz sentido implementar alguns mecanismos de ordenamento e prevenção nesta matéria, sem prejuízo, das competências da Direção Geral de Veterinária como autoridade sanitária nacional.

Pelo que, atendendo à qualidade da produção de mel até agora conseguida no concelho de Vila Pouca de Aguiar, pretende-se com o presente regulamento prevenir e constatar situações de doenças tendo em vista, se necessário, a criação de áreas de proteção temporária nos termos do disposto pela alínea g) do n.º 2 do art.º 26 da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.

#### **Artigo 1.º**

##### **Objeto**

O presente regulamento estabelece um conjunto de requisitos para a instalação de novos apiários, na salvaguarda da melhoria de ações de prevenção, controlo e organização da atividade apícola.

#### **Artigo 2.º**

##### **Âmbito de aplicação**

Os requisitos exigidos pelos artigos 3.º e 4.º do presente regulamento aplicam-se às novas instalações de atividade apícola, na zona geográfica do concelho de Vila Pouca de Aguiar, após a entrada em vigor do presente regulamento.



## MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR

### CÂMARA MUNICIPAL

#### **Artigo 3.º**

##### **Requisitos**

As novas instalações de atividade apícola devem entregar na Câmara Municipal, antes do início da atividade no concelho de Vila Pouca de Aguiar, os documentos que se seguem:

1. Registo da atividade apícola;
2. Planta de localização georreferenciada do apiário;
3. Comprovativo sanitário do efetivo apícola, mencionando a origem de proveniência geográfica das abelhas e o número de colónias;
4. Título comprovativo do direito à utilização do prédio onde pretende instalar o apiário.

#### **Artigo 4.º**

- 1- Os documentos referidos no número anterior devem fazer-se acompanhar por requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, o qual emitirá uma decisão no prazo máximo de 30 dias úteis.
- 2- A decisão referida no número anterior fundamentar-se-á com base no pedido de parecer à entidade gestora da zona controlada apícola que abrange o concelho de Vila Pouca de Aguiar.
- 3- A entidade consultada pronunciar-se-á quanto à conformidade da instalação com as condições sanitárias exigíveis ao exercício da atividade.

#### **Artigo 5.º**

##### **Indeferimento do pedido**

No caso de se verificar quer a suspeita quer a confirmação de qualquer uma das doenças abrangidas pelo presente regulamento, o Presidente da Câmara Municipal, indefere o pedido de instalação em cumprimento do disposto pela alínea g) do n.º2 do art.º 26 da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

#### **Artigo 6.º**

##### **Sanções**

O incumprimento das condições sanitárias exigíveis ao exercício da atividade constitui contra ordenação nos termos definidos pelo Decreto-lei 203/2005, de 25 de novembro.

#### **Artigo 7.º**

##### **Dúvidas e Omissões**

Cabe ao presidente da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar resolver, mediante despacho, todas as dúvidas e omissões.



MUNICÍPIO DE VILA POUCA DE AGUIAR

CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 8.º

**Vigência**

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte, ao da sua publicação, nos termos legais.

Vila Pouca de Aguiar, 2 de outubro de 2012

O Presidente da Câmara Municipal  
(Dr. Domingos Manuel Pinto Batista Dias)